

1

2 3

4

5

6 7

8

9 10

11

12

13 14

15

16 17

18 19

20

21

22

23

24

25 26

27

28

29

30 31

32

33

34 35

36

37

38 39

40

41

42

43 44

45

46

47 48

Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim



ATA DA 3º REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G - 2015.

Aos catorze dias do mês de maio de 2015, às 14h00min, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu início à 1ª Reunião, na Sala de Reuniões do Comitê Guandu, na UFRRJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1 - Aprovação das atas das reuniões anteriores (05.03.2015 e 09.04.2015); 2 – Apresentação do Termo de Referência para contratação de empresa que realizará a Revisão do Plano de Bacia; 3 - Discussão e proposta de alteração da Resolução nº 11 do Comitê Guandu; 4 – Leitura e discussão da minuta de deliberação sobre o aumento dos valores a serem repassados para o CEIVAP; 5 – Assuntos Gerais. 1 - O coordenador da CTIL-G, Jaime Azulay (CEDAE), iniciou a reunião solicitando a aprovação da ata de 09.04.2015. Após contribuições, a ata foi aprovada. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que não houve novas contribuições para a ata de 05.03.2015. Todos concordaram com a aprovação da mesma. Em seguida, Decio Tubbs (UFRRJ), solicitou a inversão de pauta, passando ao item 4. A solicitação foi aprovada. 4 - Decio Tubbs (UFRRJ) iniciou a apresentação sobre a discussão da reavaliação da cobrança, para atualizar as informações. O mesmo informou informou a sugestão do Diretor Geral, Julio Cesar Antunes (ABES), que consiste em avaliar a aplicação de recursos atrelada a projetos. Explicou que a arrecadção do Comitê diminuirá por conta de novas formas de cobrança, fim da dívida da CEDAE e mudança na arrecadação das empresas do Canal de São Francisco, que passarão a captar água da CEDAE. Decio Tubbs (UFRRJ) apresentou a tabela oficial do INEA com as estimativas de arrecadação. Além disso, a tabela contém simulações na variação do repasse. Jaime Azulay (CEDAE) questionou a arrecadação total do CEIVAP. Decio (UFRRJ) respondeu que o Comitê Guandu representa cerca de 40% da arrecadação do CEIVAP. 25:15 Azulay (CEDAE) reforçou sua posição contrária ao aumento Decio (UFRRJ) destacou que a discussão sobre a compensação do setor elétrico, caso aconteça, pode passar pela solicitação de informações sobre a aplicação destes recursos. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) perguntou sobre os projetos de fluxo contínuo de recursos, e de onde eles vão sair. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) perguntou sobre a previsão de Julio Cesar considerando os 40% de repasse. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que isso noa entrou porque o saldo já seria negativo, mas que será levantado nas próximas reuniões com o CEIVAP. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) pediu informações sobre a retirada de recusos do saneamento para repasse. Decio (UFRRJ) explicou que isso não é possível por lei, mas existe um entendimento que poderia aplicar recursos a montante de Barra do Piraí, inclusive em saneamento rural. Franziska (FAETERJ-Paracambi) perguntou qual a proposta que vai para o CEIVAP. Decio (UFRRJ) explicou que o máximo é 25%. Decio explicou que no dia 29 o Comitê será representado em reunião com o CEIVAP, e existe a ideia de elaborar uma minuta de resolução conjunta com as tabelas apresentadas em anexo. Amisterdan (SIMARJ) sugeriu uma tabela com a projeção sugerida pelo CEIVAP. E fazer um levantamento a respeito dos valores da Compensação Elétrica. Magno Roza (EMATER-RJ) perguntou sobre o Saneamento Rural. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que o valor do Saneamento hoje deve cair, por conta de correções. Sobre o planejamento de recursos, garantiu que planos como o PAP não podem ser alterados, porque já estão comprometidos. O coordenador, Jaime Azulay (CEDAE), passou ao item 2. 2 – Daiana Gelelete (AGEVAP) iniciou a apresentação sobre o TdR de contratação para empresa que fará a Revisão do Plano de Bacia. Destacou documentos que embasaram o termo de referência. Passou à estrutura, dividida entre Introdução, Objeto, a Bacia Hidrográfica, o Escopo, Metodologia, Etapas da Atualização do



50 51

52

53

54 55

56

57

58

59

60

61 62

63 64

65

66

67 68

69

70

71

72

73 74

75

76

77

78 79

80

81

82

83 84

85

86

87

88

89 90

91

92 93

94 95

96

Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim



PERH-Guandu, os Produtos a serem Entregues, o Perfil da Equipe Técnica, Prazo e Cronograma e Valor. Fez um histórico sobre o Plano de Bacia elaborado em 2006 a pedido da ANA, explicando os itens do conteúdo, como desafios e conflitos. Para o Plano Estratégico de Recursos Hídricos de 2015, a mesma explicou o marco legal necessário para embasamento e os objetivos gerais e específicos do PERH-Guandu. Decio Tubbs (UFRRJ) questionou o item destinado à elaboração de Planos de Manejo de Usos Múltiplos de Lagoa ou Laguna. Daiana (AGEVAP) explicou que este item foi solicitado pelo INEA, e o que a AGEVAP decidiu foi por definir que a empresa deve identificar a existência de tais corpos hídricos. Sobre a definição de responsabilidade de ação, Decio Tubbs (UFRRJ) lembrou que o Plano de Sepetiba e o Plano de Contingência já definem este tipo de ação. Franziska destaçou a importância de criar um objetivo específico para considerar o uso ou manejo das águas subterrâneas. Jaime Azulay (CEDAE) mencionou a oferta de água de reuso. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) pediu informações a respeito de considerar esgoto industrial. E sobre a área de mineração, se todas serão consideradas. Sugeriu que a Comunicação também é muito importante. Sobre o manejo de Lagoas, o mesmo levantou a questão das cavas submersas decorrentes da extração de areia. Decio Tubbs (UFRRJ) alertou para não tratar as cavas submersas como lagoas dentro do PERH. Jaime Azulay levantou a questão da ocupação desordenada do solo na região. E que é necessário incluir a gestão territorial. Daiana Gelelete (AGEVAP) aceitou considerar as sugestões. Magno Roza (EMATER-RJ) sugeriu que os Planos Diretores devem ser atrelados de alguma forma ao PERH. Daiana (AGEVAP) continuou a apresentação. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) perguntou sobre a metologia pretendida para o item "a bacia que queremos". Pediu que haja uma amostra mínima para cada município. para mapear uma amostra estatisticamente representativa baseada em dados como os do IBGE, por exemplo. Magno Roza (EMATER-RJ) sugeriu que o Governo deve ser incluído nas oficinas setoriais. Daiana (AGEVAP) informou que o fluxograma do projeto inclui os membros de governo nas oficinas. Izabella Valadão (UVA) perguntou se a empresa irá apresentar a metodologia. Daiana (AGEVAP) afirmou que o Plano de Trabalho será apresentado à Câmara Técnica. Rinaldo Rocha (LIGHT) sugeriu que a empresa levante pelo menos três metodologias bem sucedidas. Jaime Azulay (CEDAE) sugeriu que o levantamento seja feito pela AGEVAP e que seja agendada uma reunião extraordinária para analisar os casos. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) apontou que devem ser consideradas as demandas hídricas e os serviços ambientais. Iran Bittencourt (ITPA) falou sobre a importância de amarrar os detalhes. Daiana prosseguiu, falando sobre as diversas etapas, como o Diangóstico, Prognóstico e Plano de Acões. A etapa 5 é a consolidação do PERH-Guandu, que abrange os produtos anteriores. Deverá ser elaborado um relatório executivo sobre o Plano. Daiana garantiu que o Termo de Referência é o documento norteador das atividades. Jaime Azulay (CEDAE) perguntou sobre o cronograma físico/financeiro. Daiana falou que está elaborado e ficou de apresentar numa próxima reunião. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) questionou a eficiência das oficinas previstas no cronograma. Daiana Gelelete (AGEVAP) explicou que será uma por município a cada mês. Foi sugerida uma reunião extraordinária no dia 28 de maio, às 9h30min, para "alinhamento das contribuições ao Termo de Referência". Daiana (AGEVAP) apresentou o fluxograma de atividades. Izabella Valadão (UVA) sugeriu estender o prazo das oficinas para dois meses. 3 – Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) contextualizou a entrada da resolução 11 na pauta da CTIL-G, relembrando o caso de Queimados e a necessidade de tornar a resolução mais específica para viabilizar o atendimento. Explicou que a idéia é criar um grupo técnico que trabalhe a resolução mais viável. Relatou que da CTEG foram



98 99

100

101

102103

104

105

106107

108

109110

111

112

113

114

115116

117

118

119

120

121 122

123

124

125

126

127

128

129

130

131 132

133

134135

136137

138

139

140

141

142143

144

Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim



indicados Tito Luiz (INEA) e Andreia Loureiro (P. M. Queimados). Franziska lembrou que é importante que o INEA participe para dar uma idéia de como se dá o licenciamento dentro do órgão. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) lembrou que Tito concordou em manter uma participação consultiva no grupo. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) e Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) explicaram que o grupo fará uma atualização da resolução, que será avaliada pela CTIL-G. Após o aval da Câmara, a Diretoria dará seguimento. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) apontou que a resolução não é clara, e que a demanda veio da diretoria. Franziska (FAETERJ-Paracambi) explicou que a resolução orienta as empresas a levar os materiais dos empreendimentos ao Comitê Guandu. Jaime Azulay (CEDAE) apontou que o MPE pretende certificar a validade dos empreendimentos através do Comitê. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) explicou que o grupo apenas vai propor uma estrutura melhor para a resolução, e sugeriu pensar uma data. Fátima Rocha (AGEVAP) lembrou que seria interessante que a resolução trabalhada fosse enviada à Plenária de Agosto. O Grupo ficou definido com os integrantes Jaime Azulay (CEDAE), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Tito Araújo (INEA), Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) e Paulo de Tarso (FIRJAN). Foi sugerido o dia 09/06/15, às 13h30min. 5 – Eduardo Gomes (Sindicato Rural de Rio Claro), falando em nome do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio Claro, iniciou sua apresentação sobre a repentina mortandade de peixes no trecho baixo do Rio Piraí, após a barragem da LIGHT de Tocos. O mesmo informou que existe um decreto determinando a vazão de 3 m/s³, mas isso não ocorre. Prosseguiu dizendo que a vazão do rio diminuiu drasticamente, e a região tem pouca contribuição. Eduardo Gomes trouxe a notícia de que o rio, ecologicamente, está completamente degradado. Informou que o CONDEMA enviou ofício à LIGHT e aguarda resposta. A proposta do CONDEMA é tentar 1 m/s³, para atender a esta região, que vai até o município de Passa Três. Eduardo Gomes (Sindicato Rural de Rio Claro) informou que há perda de qualidade e aumento de custo, mas salva o sistema e ainda assim esta água voltará para o Guandu. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) informou que o encaminhamento da CTEG foi iniciar um acompanhamento em outros rios da bacia. Jaime Azulay (CEDAE) falou sobre a importância do Guandu de aportar recursos para projetos necessários. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) perguntou se houve levantamento de quantas famílias foram afetadas. Eduardo Gomes (Sindicato Rural de Rio Claro) falou que é uma área rural. Então afeta o ecossistema local, e mais à frente há um volume de água menor, que compromete a oxigenação. Rinaldo Rocha (LIGHT) explicou que a barragem opera desde 1913 da mesma forma, questionando a relação da mortandade de peixes com a operação. Iran Bittencourt (ITPA) explicou que o volume do rio Piraí foi drasticamente reduzido nos últimos anos anos atrás. Prosseguiu dizendo que a operação diminui a vazão. E à frente existe a carga de esgoto da cidade de Rio Claro. Rinaldo Rocha (LIGHT) explicou que não pode deixar de contestar a associação da mortandade à falta de oxigênio ou de água. E sem análises, não é possível concordar que isso foi a causa. Voltou a lembrar que a barragem opera da mesma maneira há mais de 100 anos, e isso nunca ocorreu. Jaime Azulay (CEDAE) explicou que é necessário entender o assunto a nível de Comitê. Paulo de Tarso (FIRJAN) entendeu que o consenso deve ser acolher os assuntos que chegam ao Comitê, independente da representação de cada um. Franziska (FAETERJ-Paracambi) sugeriu que deve ser feito o acompanhamento das outras represas, dos níveis de vazão de entrada e saída e os acordos e determinações legais para a operação. Como lista de encaminhamentos, segue: 1 - TdR Plano de Bacia: 1.1- Retirar o PMUL's - Plano de manejo de lagoas ou lagunas; 1.2- Em objetivos, levantar 3 casos de sucesso para o Porcesso Participativo; 1.3- Em objetivos específicos, considerar demanda hídrica e os



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim



Con	MLE da Dacia i indiografica
145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157	serviços ambientais; 1.4- Para a equipe técnica, quanto ao coordenador técnico, alterar a expressão "ou inventário hidrelétrico" para "e/ou inventário hidrelétrico"; 1.5- No cronograma, especificar as quantidades de reuniões e oficinas; 1.6- Ampliar o prazo às oficinas para 2 meses. 2 - Enviar aos membros da CTIL-G o relatório do Forum Mundial da Água elaborado por Franziska Huber. 3 - Enviar aos membros da CTIL-G o TdR atualizado do Plano de Bacia. 4 - Agendar reunião extraordinária da CTIL-G para 28/.05.2015, às 09h30min, para alinhamento das contribuições ao TdR do Plano de Bacia. 5 - Convocar a 1ª Reunião do GT Resolução 11 (Andreia Loureiro, Tito Neto, Paulo de Tarso, Jaime Azulay e Franziska Huber) para 09.06.2015 às 13h30min. 6 - Acompanhar outras represas dos níveis de vazão de entrada e saída e os acordos e determinações legais para a operação. O Coordenador da CTIL-G, Jaime Azulay, encerrou a reunião às 17h03min. Euclucas Lacerda, tomei a termo esta ata, que segue assinada por:
158	Jaime Azulay (CEDAE)
159	Amisterdan Ribeiro (SIMARJ)
160	Paulo de Tarso (FIRJAN)
161	Rinaldo Rocha (LIGHT)
162	Fernando Ribeiro (CI BRASIL)
163	Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)
164	Izabella Valadão (UVA)
165	Iran Bittencourt (ITPA)
166	Magno Roza (EMATER-RJ)
167	Andreia Loureiro (P.M. Queimados)
168	
169	Membros Presentes:
170	Usuários: Jaime Azulay (CEDAE); Amisterdan Ribeiro (SIMARJ); Paulo de Tarso
171	(FIRJAN); Rinaldo Rocha (LIGHT)
172	Sociedade Civil: Fernando Ribeiro (CI BRASIL); Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)
173	Izabella Valadão (UVA), representando Vera Agarez (UVA); Iran Bittencourt (ITPA);
174	Governo: Magno Roza (EMATER-RJ); Andreia Loureiro (P.M. Queimados);
175	Membros ausentes:
176	Usuários:
177	Sociedade Civil:
178	Governo: Thayani dos Santos (P.M. Seropédica); José Arnaldo de Oliveira (P.M. Japeri);
179	



180

Convidados: Eduardo Gomes (Sindicato Rural de Rio Claro); Decio Tubbs (UFRRJ).